

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

Albani de Barros¹Maricelly Costa Santos²Franciele Lopes da Silva Omena³Hingrid Tainá Tenório Almeida⁴

RESUMO

Este artigo busca analisar a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, em especial a partir do conjunto de transformações sociais ocorridas nas últimas décadas. O processo de reestruturação produtiva impôs importantes mudanças no mundo do trabalho, com aumento do desemprego e da precarização. É nesse contexto que ocorre uma ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho. A questão é que essa inserção se encontra atrelada a formas precárias de trabalho, a salários menores, duplas jornadas e outros fenômenos associados. Quanto a este aspecto, a situação da mulher negra é ainda mais grave. Para consubstanciar tais questões, o presente trabalho também expõe a partir de dados, uma análise sobre a condição da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Mulher negra. Transformações no mundo do trabalho.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the insertion of black women in the labor market, especially from the set of social transformations that have occurred in recent decades. The process of productive restructuring imposed important changes in the world of work, with increased unemployment and precariousness. It is in this context that there is an expansion of women's participation in the labor market. The point is that this insertion is linked to precarious forms of work, lower wages, double shifts and other associated phenomena. In this regard, the situation of black women is even more serious. To substantiate these issues, the present work also exposes from data, an analysis on the condition of black women in the Brazilian labor market.

Keywords: Labor market. Black woman. Transformations in the world of work.

¹ Professor colaborador do PPGSS da UFAL e professor titular do Centro Universitário Cesmac. Dr. em Serviço Social pela UFPE. E-mail: albanibr@hotmaill.com.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFAL. E-mail: maricellycosta@gmail.com.

³ Centro Universitário Cesmac. Graduada em Serviço Social. E-mail: franciele-lsilva@hotmail.com

⁴ Centro Universitário Cesmac. Graduada em Serviço Social. E-mail: hingrid_tenorio120@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca analisar a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva. Para tanto, esse estudo apresenta os elementos que norteiam as transformações ocorridas no mundo trabalho nas últimas décadas, com ênfase nos elementos da ampliação do desemprego e da precarização do trabalho. Em seguida, apresentamos dados sobre a condição de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, notadamente na realidade brasileira. Para consecução deste trabalho, buscamos o aporte teórico na teoria marxista, consubstanciada no método histórico-dialético.

A compulsão por consumir trabalho vivo encontra na maior disponibilidade de trabalhadores um fator positivo para a acumulação de capital. No curso histórico do desenvolvimento do capitalismo, a conservação de uma taxa de desempregados sempre contribuiu para a vitalidade da acumulação. A existência do desemprego é indissociável da reprodução ampliada de capital. Conforme argumenta Harvey: “O que Marx chama de ‘exército industrial de reserva’ é, portanto, uma condição necessária para a reprodução e expansão do capital” (2012, p. 55). Em relação à precarização do trabalho, a oferta abundante de força de trabalho é um aspecto essencial para entender sua ampliação nas distintas manifestações em que se apresenta.

Mundialmente, o desemprego tem empurrado milhões de trabalhadores para uma condição de vida de maior insegurança e medo. Entre os maiores pesadelos que rondam os trabalhadores, o risco crescente de ficar desempregado é o mais severo letargo. Mészáros (2002) argumenta que nos países centrais, o desemprego, elevado agora à condição de um fenômeno crônico e potencialmente explosivo, tem representado um perigo sério para a estabilidade da totalidade do sistema. O autor argumenta que as formas de desemprego em larga escala foram historicamente tratadas como uma característica tipicamente vivenciada pelas economias mais “atrasadas”, como algo próprio do “subdesenvolvimento” e que, portanto, poderiam ser superadas com o desenvolvimento do capitalismo nessas regiões.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Entretanto, o que a dinâmica capitalista tem provado desde as últimas décadas do século XX é que seu desenvolvimento não somente não resolveu as dramáticas situações vivenciadas na periferia, como reproduziu inúmeras mazelas sociais das economias mais “atrasadas”, também nos países centrais. Entre os mais graves dramas sociais, o desemprego é um dos mais significativos desses fenômenos, pois está associado à ampliação da pobreza e da desigualdade.

Desemprego, informalidade, terceirização, piora nas condições de trabalho, elevação frenético do ritmo laboral, assédio moral, entre outras, são particularidades fenomênicas vivenciadas de forma mais ou menos intensa pelos trabalhadores em todo mundo. As razões teóricas que explicam tal situação, se concentram, a nosso ver, nas determinações imanentes que regem a acumulação capitalista e nas respostas de contratendências geradas a partir das contradições reproduzidas pelo metabolismo devorador de força de trabalho.

Outra tendência apontada pelos autores como uma das principais alterações recentes nas relações de produção, é o significativo aumento de mulheres trabalhando, “que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado.” (ANTUNES; ALVES. 2004, p. 337)

Porém, a média salarial das mulheres segue sentido contrário ao crescimento do número de mulheres empregadas. A remuneração das mulheres comumente é inferior ao dos homens, assim como os direitos sociais e do trabalho que também são mais favoráveis aos trabalhadores do gênero masculino. A nova divisão sexual do trabalho deixa explícito que as atividades ligadas a capital intensivo são realizadas pelos homens, enquanto as atividades de menor trabalho intensivo e com menores níveis de qualificação exigidos são destinados preferencialmente a mulheres, imigrantes, negros e indígenas. (ANTUNES; ALVES. 2004)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO PARA AS MULHERES

As mulheres fazem parte de um grupo que sofre proporcionalmente mais com o processo de precarização do trabalho. Mundialmente, as últimas décadas foram testemunha de um acréscimo vigoroso do número de mulheres incorporadas no mercado de trabalho (HARVEY, 2012). A título de exemplo, no Reino Unido, o contingente feminino já superou o de trabalhadores homens. Não se pode negar que essa inserção tem um significado de emancipação parcial das mulheres, representando avanços quanto a algumas formas de opressão. Sua incorporação foi impulsionada por transformações culturais, mas, sobretudo, também por uma condição pior de sobrevivência das famílias e pelas necessidades do capital de ampliação ao acesso de trabalho vivo disponível. Como forma de buscar força de trabalho a sua disposição na periferia, foram inúmeras as formas de arregimentar força de trabalho feminino em várias partes do mundo, como Barbados a Bangladesh, Ciudad Juarez e Dongguan.

Mas a situação de piores condições de trabalho para as mulheres em relação aos homens, não é um fenômeno de economias periféricas, encontrando-se de maneira consistente nos polos mais desenvolvidos do capitalismo. Em países como Alemanha e França, a força de trabalho das mulheres constitui um percentual equivalente a 80% do total de trabalhadores em tempo parcial. Em 2010 no Japão, cerca de 44% da força de trabalho feminina recebia menos do que um salário mínimo (STANDING, 2013). Nas empresas japonesas, é prática recorrente e aberta a diferenciação de remuneração com base no sexo (ANTUNES, 2009). Ainda no Japão, a tendência no mercado de trabalho encontra-se numa diminuição acentuada dos empregos “regulares”, e o crescimento intenso do contingente de trabalhadoras atípicas (NOHARA, 2009).

A Organização Mundial do Trabalho aponta que “o emprego informal representa geralmente uma parcela mais importante do emprego não agrícola para as mulheres do que para os homens – exceto no Norte da África e na Ásia, onde a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



incidência é aproximadamente igual para ambos os sexos”. (OIT, 2015b, p. 105). Porém, mais impressionante ainda é o caso das trabalhadoras da África Subsaariana, onde o emprego informal não agrícola é percentualmente na ordem de 84% da força de trabalho feminina (OIT, 2015b).

Em razão de seu maciço ingresso como força de trabalho disponível global, as mulheres são inseridas predominantemente em trabalhos mais precários, ao tempo em que recebem salários mais baixos, o que acaba também por pressionar a força de trabalho em geral. Assim, o trabalho feminino vem cumprindo nas últimas décadas o papel de superpopulação relativa na sua forma latente, se apresentando constantemente como força adicional de trabalho disponível. Destarte, é imprescindível reafirmar que sua inserção não se deu em equilíbrio de condições de inserção em relação aos homens. Sobre o impulso das contratendências de enfrentamento a queda tendencial nas taxas de lucros, a força de trabalho feminina tanto serviu para elevação da massa global de superpopulação relativa, como também estiveram e se encontram submetidas ao barateamento de seu salário.

Conforme dados da Oxfam:

Mulheres e jovens são particularmente mais vulneráveis ao trabalho precário: as atividades profissionais de dois em cada três jovens trabalhadores na maioria dos países de baixa renda consistem em trabalho vulnerável por conta própria ou trabalho familiar não remunerado. (2017, p. 14).

Ao entrarem no mercado de trabalho, a possibilidade das mulheres não terem a proteção da legislação trabalhista é maior do que a dos homens (OFXAM, 2017). No caso dos empregos formais, as diferenças salariais tendem ofertar um preço da força de trabalho menor para as mulheres. Além disso, soma-se o aspecto do desemprego, que atinge mais fortemente mulheres e jovens. Quando o barco do capital começa a enfrentar turbulências um pouco mais severas nos rumos da economia, as mulheres e os jovens são preferencialmente os primeiros a serem empurrados pela tábua e jogados no mar do desemprego. Com sorte, uma parcela consegue permanecer no barco, ainda tentando salvar sua “pele” da próxima vaga de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



onda, ficando submetida a empregos parciais e miseravelmente remunerados (MÉSZÁROS, 2002).

Ao analisar a questão da divisão sexual do trabalho e a precarização nas relações laborais, Hirata explica que há uma predominância do trabalho feminino nas formas precárias de trabalho.

Conforme indicadores, há uma marcada divisão sexual da precariedade do trabalho, visto que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e também níveis mais baixos na escala de qualificação formal. (HIRATA, 2011, p. 17).

A respeito do crescimento do trabalho feminino, Harvey (2013) argumenta que desde a década de 1970, os salários individuais sofreram uma queda ou, no máximo, permaneceram com seus valores inalterados em termos reais. Contudo, o salário das famílias teve um acréscimo, o motivo foi a ampliação massiva das mulheres no mercado de trabalho. Nessa relação entre salário individual e familiar, merece consideração o aspecto que esse último é utilizado também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, para criar as condições necessárias para que continuamente seja fornecida a mercadoria força de trabalho em condições aptas para ingressar no mercado. Importante ainda acrescentar como um elemento essencial, que as mulheres trabalhadoras realizam, de forma geral, uma dupla jornada, dentro e fora da casa. Assim, cumpre também uma dupla função para a reprodução do capital, como assalariada é explorada diretamente. No espaço privado o é de forma indireta, preparando e criando as condições necessárias para que seus filhos e filhas sejam futuramente incorporados ao mercado de trabalho.

No âmbito das relações de produção, há um processo de construção social em que homens e mulheres são inseridos no mercado de trabalho em diferentes formas. O crescimento do trabalho feminino tem sido ocorrido, fundamentalmente, por meio de formas mais precarizadas (ANTUNES, 2009). As mulheres estão submetidas proporcionalmente mais aos regimes de trabalho de tempo parcial do que os homens,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



elas se encontram mais frequentemente em atividades informais e, sobretudo, os salários que as trabalhadoras recebem são menores.

3 MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

No mundo contemporâneo, as desigualdades somam-se e acumulam-se com diversas outras contradições, resultado do processo de acumulação ampliada de capital. Frente a necessidade de compreender tais questões, o Brasil possui particularidades quanto as manifestações de opressão, que afetam de forma significativa a população negra e, com ainda mais intensidade, a mulher negra.

Nas últimas décadas, ocorreram diversas transformações nas estruturas familiares e essas exigiram do Estado políticas públicas voltadas a atender tais necessidades. Muitas dessas possuem relação com o agravamento das expressões da questão social. Diversos fatores contribuíram para a reestruturação das relações familiares. Um dos elementos mais determinantes foi a ampliação em escala mundial das mulheres no mercado de trabalho (HARVEY, 2012). Apesar de contribuir para a autonomia das mulheres, tal fenômeno afetou a divisão sexual do trabalho e as relações de poder entre os gêneros.

Segundo o IPEA (2011), apesar do aumento progressivo da participação feminina no mercado de trabalho entre 1995 e 2009, isso ainda não foi o bastante para alterar os padrões de desigualdade. De acordo com a pesquisa, no ano de 2009, o percentual de mulheres ativas no mercado de trabalho com mais de 16 anos era de 58,9%, ao passo que o percentual de homens era de 81,6%.

Já a distribuição do trabalho intradomiciliar é feita com base na divisão sexual do trabalho, que implica à mulher realizar atividades que a limitam à esfera privada e não são remuneradas - tampouco reconhecidas – ao passo que, aos homens são delegadas as atividades ligadas à esfera pública e o trabalho remunerado. Dessa forma, um dos pontos basilares da identidade feminina criada é a associação do trabalho não remunerado aos papéis de mãe e esposa, sobretudo para as mulheres das gerações passadas. Essa ideia por muito tempo foi naturalizada, considerando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que o pensamento conservador tratava de reproduzir ideais patriarcais em que, tradicionalmente, a mulher deveria ocupar privilegiadamente o ambiente domiciliar, não atuando tão massivamente em outras esferas sociais.

O principal fator que explica a divisão de atividades domiciliares com base no gênero é a construção social patriarcal, desenvolvida e reproduzida ao longo dos séculos, que impõe ideias e práticas de opressão sobre a mulher, baseadas em supostas diferenças biológicas. Compreender as divergências entre os usos do tempo e como esse fator é influenciado por elementos sociais, econômicos e políticos é importante para entender a divisão de trabalho entre os gêneros.

De acordo com análise do IPEA (2011), na divisão do trabalho doméstico, desde a infância as meninas e mulheres recebem a atribuição de realizarem as tarefas. Conforme a pesquisa, em 2009, dos indivíduos entre 5 e 9 anos de idade, 14% dos meninos ajudavam nos afazeres de casa, ao passo que 24% das meninas em mesma idade tinham essa responsabilidade. Os garotos ocupam-se uma média de 5,2 horas por semana a esta atividade, já as meninas ficam 6,1 horas em média cuidando dos afazeres domésticos (IPEA, 2011).

O tempo comumente dedicado ao trabalho não remunerado não está sob controle ou proteção de uma legislação quanto à carga horária máxima, como acontece no trabalho remunerado formal. Isso implica uma desigualdade no que diz respeito ao desempenho dessas atividades. Outro fator de relevância quando se compara raça e gênero, é o tempo das atividades em relação à escolaridade. Mulheres que possuem maior escolaridade, tem menor tempo para dedicar aos afazeres domésticos.

No que diz respeito às atividades domésticas remuneradas, nos dados apresentados pelo IPEA (2011), é notável a diminuição no número de trabalhadoras domésticas que estão em idade escolar. Também diminuiu o número de trabalhadoras domésticas que residiam em seu local de trabalho, ainda permanecendo a desigualdade entre os gêneros na inserção no mercado de trabalho para funções ligadas aos serviços domésticos. O número de mulheres que trabalham

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



com tais atividades era de 17,1% em 2009, ao passo que o percentual de homens nas mesmas atividades era de 1,0%.

Ainda segundo os dados do IPEA (2011), 12,6% das mulheres brancas trabalhavam com atividades domésticas remuneradas no ano de 2009, ao passo que o número de mulheres negras desempenhando essa função era de 21,8%. Tal discrepância se reproduz no rendimento entre as trabalhadoras negras e brancas: as negras ganhavam em média R\$364,80, enquanto as brancas tinham remuneração média de R\$421,60 (IPEA, 2011).

Importante salientar que mulheres não deixaram de fazer os afazeres domiciliares com sua inserção no mercado de trabalho. Isso implica sobre elas uma carga de trabalho superior à dos homens. Outro fenômeno que deve ser avaliado é a assimetria de gênero entre os indivíduos inativos. As mulheres inativas dedicam-se em média 19 horas a mais que os homens inativos. Já os homens ocupados fazem ainda menos atividades domésticas que os inativos.

A legislação brasileira prevê diversas medidas de proteção à família. Como exemplo dessas, pode-se citar a estabilidade concedida às mães, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, a licença-maternidade e o salário-família, entre outros benefícios destinados às trabalhadoras formais. Contudo, os benefícios previstos e garantidos pelo Estado estão com foco prioritário nos direitos reprodutivos das mulheres.

Tal situação dá poucas alternativas para homens participarem de forma mais ativa e igualitária da paternidade, assim como também ignora as famílias homoafetivas e monoparentais masculinas. Isso é mais um fator que intensifica a atribuição do cuidado com os filhos apenas às mulheres em um contexto que exige que além disso ela tenha um rápido retorno ao mercado de trabalho, bem como atue profissionalmente sem interferências ou preocupações familiares.

Outro ponto relevante é o fato de todos esses direitos serem previstos apenas aos trabalhadores formais. Tendo em vista que a maior parte das trabalhadoras que atua informalmente são mulheres negras, este é mais um agravante para elas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Conforme os dados apresentados por Bonetti e Abreu (2011), em 2007 apenas 38,1% das mulheres que eram potenciais beneficiárias destes direitos estavam ocupadas no mercado formal de trabalho.

Há que se mencionar que mulher tem uma permanência menor que os homens no mercado de trabalho, mesmo tendo maior escolaridade. Isso se dá pela necessidade da mulher em lidar com sua dupla jornada de trabalho, conciliando a vida profissional com o cuidado dos filhos e da casa. Dentro da conjuntura capitalista, os trabalhadores mais vulneráveis são os que ocupam postos mais precários.

Tais desigualdades que marcam o mercado de trabalho brasileiro relacionam-se aos fenômenos de exclusão social, que têm o intuito de reproduzir e reforçar o cenário de pobreza. Não por acaso é tão difícil para uma mulher negra e periférica obter formação em um curso superior e ascender socialmente através do trabalho. Os mecanismos que fundamentam a exploração capitalista sobrepõem diversas vulnerabilidades, com o intuito de criar obstáculos intransponíveis, garantindo que determinados grupos sociais não superem a pobreza. (ABRAMO, 2006)

Para Proni e Gomes (2015), mulheres e homens negros têm mais obstáculos a enfrentar quando precisam ingressar e se manter no mercado de trabalho. Isso acontece mesmo em cenários de crescimento acelerado na economia e geração de empregos.

Até recentemente, havia a percepção de que as desigualdades associadas ao sexo e à cor da pele vinham se reduzindo gradualmente no mercado de trabalho. Contudo, a atual recessão econômica e seus impactos sobre a geração de emprego formal e as oportunidades de renda mudaram essa perspectiva. Tem crescido, em consequência, a preocupação com os elos mais frágeis do mercado de trabalho, isto é, os grupos mais vulneráveis às oscilações do ciclo econômico. (PRONI; GOMES. 2015. p. 02)

Ao longo das últimas quatro últimas décadas ocorreram substanciais transformações no mundo, tanto na economia quanto na própria estrutura social. No âmbito do Brasil, no final da década de 1960 a população brasileira vivia em um contexto majoritariamente rural e com um alto número de analfabetos na população. Isso desembocava em um índice maior de homens no mercado de trabalho e uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

visível desigualdade entre negros e brancos, sobretudo em cargos de maior ascendência social.

As funções de chefia nas organizações continuam sendo desempenhadas predominantemente por homens, sobretudo brancos. Contudo, as mulheres conseguem se distribuir em todos os extratos sociais, ao passo que os negros ainda estão condicionados a empregos sem proteção social e valores salariais inferiores. Estatisticamente, as taxas de desemprego entre mulheres e negros é superior ao número de homens e brancos. A taxa de desemprego das mulheres negras, contudo, é ainda maior quando comparada com a dos homens brancos, chegando a ser quase

Com o desemprego atingindo índices cada vez mais elevados, o resultado é uma piora das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, incidindo, inclusive no aumento da miséria e da fome no Brasil. Quando trazemos esse cenário de contradições sociais para a realidade para população negra, em especial das mulheres, os estudos apontam que as trabalhadoras negras ganham menos e sofrem mais com desemprego do que as brancas.

De acordo com Camazani e Estarque (2019), a taxa de desemprego entre mulheres negras no Brasil era de 16,6% em 2019. O número corresponde ao dobro do número de desemprego entre homens brancos, que era de 8,3%. Segundo os dados apresentados, o número de mulheres negras desempregadas também é maior que o de mulheres brancas e maior que o número de homens negros. Os números são de 11% e 12,1%, respectivamente.

O DIEESE (2023) também elencou informações sobre a renda das famílias compostas por casais e das famílias chefiadas por mulheres negras. No primeiro em se tratando de “renda média do trabalho da família, na média, os domicílios de casais com e sem filho receberam os maiores valores (R\$ 4.987 e R\$ 4.898, respectivamente). Já no comparativo entre homens e mulheres: “Em termos de rendimentos, as mulheres ganharam, em média, 21% a menos do que os homens - o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles. Por setor de atividades, mesmo quando as mulheres eram a maioria, elas recebiam menos, em média” (2023,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



p. 3). Já no tocante a renda das famílias chefiadas por mulheres negras, essas possuem uma média de rendimentos “sempre menor que a das não negras, independentemente do arranjo familiar. No caso das famílias chefiadas por mulheres negras com filhos, a renda média foi de R\$ 2.362,00” (DIEESE, 2023, p 7).

No tocante a educação, há no Brasil um recorte de áreas do conhecimento, aonde os homens vão para as ciências exatas ao passo que as mulheres vão para setores de cuidado. Isso, sem dúvidas é uma herança histórica, sobretudo porque no início das instituições escolares no Brasil, as mulheres estudavam apenas conceitos matemáticos básicos enquanto os homens estudavam matemática profundamente. Isso se intensifica quando observamos que os negros eram proibidos de frequentar escolas públicas após a abolição da escravatura e, sem instrução ou oportunidades de trabalho remunerado após o período de escravização, eles não teriam recursos para pagar os estudos.

Dessa forma, é notório que as mulheres negras estão mais vulneráveis às instabilidades econômicas, são mais sujeitas ao desemprego e, com nível de escolaridade ainda baixo, precisam se submeter a jornadas exaustivas, sem garantias trabalhistas e condições laborais precárias.

4 CONCLUSÃO

Historicamente, as mulheres negras são compelidas a trabalhos subalternizados. A intersecção entre gênero, classe e raça impele que essas mulheres sofram maior opressão na sociedade. Como herança dessa problemática, tais mulheres expressam a maioria de empregadas domésticas, trabalhadoras informais e com baixos salários e pouco acesso à profissionalização.

No Brasil, ainda há a transmissão de postos de trabalho subordinados que são designados à população negra, partindo de estereótipos que alimentam e mantêm a lógica de opressão racista. Por essa razão é crucial avançar no debate sobre o entrecruzamento do racismo, sexismo e machismo e suas consequências para as mulheres negras no mercado de trabalho. Haja vista a complexidade dessas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



opressões e da profundidade dessa desigualdade – reproduzida cotidianamente – a elaboração de políticas públicas de reparação são o primeiro passo para conter esse cenário.

O racismo e o sexismo são mecanismos para a manutenção da opressão e êxito do capitalismo. As mulheres negras estão em situação de vulnerabilidade por estarem submetidas a essas duas opressões, dessa forma sendo consideradas minoria. Portanto, elas estão sujeitas a combater a discriminação e preconceito de forma muito mais árdua que quaisquer outros grupos sociais. No que diz respeito à produção científica dentro das Ciências Sociais sobre a temática, ainda há uma grande lacuna a ser preenchida com esse debate, sobretudo com embasamento na interseccionalidade.

Nesta pesquisa, procurou-se apontar o mercado de trabalho brasileiro com suas marcas de desigualdade de gênero e raça. Para tanto, analisou-se dados atuais, estatísticas e publicações recentes sobre o tema com o intuito de embasar a problematização.

O estudo acerca da presença de mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil oportunizou compreender o espaço atualmente ocupado por essas mulheres na sociedade e quais elementos as condicionam a essas posições. Foi possível compreender tais opressões partindo da análise acerca da lógica de exploração capitalista, entendendo também como as desigualdades se mostram mais intensas e cruéis quando sobrepostas.

Observou-se que o gênero implica na dificuldade de ingresso e permanência nos empregos, ao passo que a raça pesa no que diz respeito à formação e ocupação em postos formais de trabalho. Ou seja, mulheres negras, além de lutar para se manterem trabalhando, precisam lutar por condições de acesso à educação de qualidade e oportunidades em empregos formalizados.

É necessário que a sociedade reflita e promova uma transformação no que diz respeito à população negra, que atualmente é oprimida, vítima da exclusão social e pobreza. Para tanto, políticas públicas específicas para o mercado de trabalho

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

devem propiciar o acesso à educação e profissionalização, rede de apoio ampla para essas mulheres – sobretudo as mães - e oportunidade de formalização para pequenos negócios e empreendimentos de mulheres negras. Tais medidas reduziriam o quadro geral da pobreza que incide majoritariamente sobre essa parcela populacional no Brasil.

Apesar das políticas públicas de reparação social no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, como cotas para negros, que foram incentivadas nas últimas décadas, ainda há muito o que fazer para igualar as salas de aula nas universidades pelo país. Arelado à essa informação, o dado de que quase 20% das mulheres negras ocupadas trabalham com serviços domésticos corrobora não só a informação supracitada, mas reitera que a falta de inclusão da população negra desde a abolição da escravatura ainda tem heranças nítidas na sociedade. Segundo a reportagem, a crise econômica tem afetado de maneira mais intensa as mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BONETTI, Alinne de Lima Organizadora; ABREU, Maria Aparecida Azevedo Organizadora. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

CAMAZANO, Priscila; ESTARQUE, Marina. Negras ganham menos e sofrem mais com desemprego do que as brancas. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-o-desemprego-do-que-as-brancas.shtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2023.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para Entender o Capital** - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

IPEA. Faces das desigualdades de gênero e raça no Brasil. Organizadoras: Alinne de Lima Bonetti, Maria Aparecida A. Abreu. – Brasília: Ipea, 2011a.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NOHARA, Hiroatsu. Precarização e estabilização. O paradoxo dos movimentos do emprego na França e no Japão. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Org.). **Trabalho Flexível, Empregos Precários?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 49-78.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Proteção dos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação - **Debate recorrente sobre o objetivo estratégico da proteção social (proteção dos trabalhadores) - Relatório VI. Conferência Internacional do Trabalho, 104ª Sessão, Governo de Portugal. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2015b**

OXFAM. **Uma Economia para os 99%.** Janeiro de 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/economia_para_99-relatorio_completo.pdf. Acessado em 25 de agosto de 2017.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 137-151, 2015.

STANDING, Guy. **Precariado, a Nova Classe Perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PROMOÇÃO



APOIO

